

ADAM, Jean-Michel. Uma abordagem textual da argumentação: “esquema”, sequência e período. *ReVEL*, edição especial vol. 14, n. 12, 2016. Tradução Georgiana Miranda e Camile Maria Botelho Regadas Tanto [www.revel.inf.br].

UMA ABORDAGEM TEXTUAL DA ARGUMENTAÇÃO: “ESQUEMA”, SEQUÊNCIA E PERÍODO

Jean-Michel ADAM¹

jean-michel.adam@unil.ch

INTRODUÇÃO

Os organizadores da jornada de trabalho, da qual o presente artigo surgiu, pediram-me para situar a minha teoria da sequência argumentativa em relação ao modelo de Stephen Edelson Toulmin. Como somos muitos a referir uns aos outros, em um momento ou outro, ao seu esquema argumentativo, achei que essa proposta seria interessante. Minha posição varia um pouco mais que a de Frans van Eemeren & Rob Grootendorst: “O modelo de Toulmin pode ser aplicado ao discurso argumentativo” (1996: 8). Recusando-me a dar prioridade ao discurso “comum” oral, eu considero grande parte dos escritos como “quotidianos” também.

1. POSICIONAMENTO NO CAMPO DA ARGUMENTAÇÃO

Não abordarei a questão dos gêneros retóricos da argumentação, que está no centro de meus trabalhos sobre os discursos publicitários (Adam & Bonhomme, 1997), políticos (Adam & Herman 2003) e literários (Adam, 2001). Não falarei da dimensão argumentativa de qualquer interação em língua natural, nem do fato de

¹ Université de Lausanne.

que a língua é mais um instrumento de ação e de confronto do que um suporte de transmissão de informação que a retórica muito precocemente tomou como objetivo regular pela descrição e pelo ensino. Estudo a questão das relações entre retórica e linguística num artigo-síntese (Adam, 2002d) que termina com um apanhado sobre a abordagem linguística do *ethos* discursivo, outro aspecto da argumentação que não abordarei aqui.

A decisão de limitar meu assunto à sequência argumentativa e ao período argumentativo se justifica por uma escolha epistemológica: a não adesão a três abordagens muito globais de fatos de discurso. Em primeiro lugar, recuso a hipótese do *todo narrativo* da semiótica da Escola de Paris. Na perspectiva de A. J. Greimas, tudo é narração, e não seria possível identificar o que distingue uma fábula de uma receita de cozinha ou de uma oração fúnebre. A hipótese, mais coerente, do *todo conversacional-dialogal* orienta, por necessidade de *corpus*, os trabalhos dos analistas da conversação. Ela é justa do ponto de vista geral da discursividade, pois não há discurso dialógico, mesmo que seja monológico, em um certo nível de seu funcionamento, porém isso não significa dizer que seja dialogal em sua textualização.

No entanto, foi mais precisamente a diversidade linguística das formas de textualização que esteve no centro de meus trabalhos. A hipótese do *todo argumentativo* é válida apenas no nível da teoria pragmática geral: uma narração, uma descrição, uma explicação têm muito frequentemente a função global de argumentar. Como o disse J.-B. Grize : “todo discurso pode ser uma argumentação”, mas ele acrescenta “considerado em si mesmo [...], um enunciado não é nem argumentativo, nem não argumentativo” (1996: 19). Aceitamos dizer que “o caráter argumentativo de um discurso reside, antes de tudo, na finalidade daquele que o produz” (Grize, 1996: 19). Mais amplamente, para retomar um exemplo de J.-B. Grize, o enunciado “Deixai vir a mim os pequeninos”, atribuído à identidade de locutores como Jesus Cristo, o Ogro ou Doutrou, tem significados diferentes. Mas essas identidades locutivas são inseparáveis de textos que circulam no interdiscurso de uma comunidade: Evangelhos, contos e *fait divers*.

Distinguindo as formas elementares de textualização ditas narrativas, descritivas, argumentativas, explicativas ou dialogais, minhas pesquisas se inscrevem na extensão da linguística da teoria psicocognitiva dos esquemas, que tem a sua origem nos trabalhos de Sir Frederic Charles Bartlett (1932) e foi desenvolvida,

sobretudo, por Walter Kintsch & Teun A. van Dijk (1983) e suas “superestruturas textuais”. T. A. van Dijk (1980: 119) foi o primeiro a propor um modelo da superestrutura do texto argumentativo que se apoiava no esquema de S. E. Toulmin. No livro onde apresento a minha teoria das sequências (1992) e em Adam (1999), eu explico a origem do meu modelo teórico. Não insistirei nisso para destacar a importância dos trabalhos de J.-B. Grize e de M.-J. Borel sobre a argumentação, a lógica natural e a esquematização. Apesar de ter feito uma volta pelas gramáticas e tipologias de textos alemães, os trabalhos do Centro de Pesquisas Semiológicas de Neuchâtel me chegaram muito precocemente, no que se refere à argumentação e à explicação, como um quadro teórico compatível com a linguística textual e com o campo geral da análise dos discursos. Assim como Alain Berrendonner, penso que o conceito de *esquematização*, que está no centro da lógica natural de J.-B. Grize, serve para aplicações interessantes na linguística (Berrendonner, 1997: 219). Isso explica o lugar da noção de esquematização no capítulo 4 de *Linguística Textual* (Adam, 1999). Encontrei na “lógica natural” de J.B.-Grize uma fecunda retomada da questão da redução da argumentação a mecanismos lógicos de interlocutores abstratos e universais. J.-B- Grize opõe a lógica-sistema demonstrativa à lógica-processo discursiva, e opõe as proposições aos enunciados, assim como opõe a frase ao enunciado:

Fiel à tradição lógica, falei até aqui de proposições, e não de enunciados. Tanto as primeiras quanto os segundos exprimem conteúdos de julgamento, mas, num enunciado, o conteúdo de julgamento é assumido por um sujeito enunciadador. Resulta, por um lado, que o que importa é tanto o valor epistêmico do enunciado quanto o seu valor de verdade e, por outro lado, que a ordem na qual as enunciações são produzidas não é indiferente. (Grize, 1996:15)

Esta última observação, relativa à ordem os enunciados/enunciações, coloca claramente a questão de sua textualização. Não insisto nisso para me dedicar, sobretudo, ao que J.-B. Grize diz do modelo de S.E. Toulmin (1996: 11-17), completando suas propostas com as observações de Christian Plantin, em *Essais sur l'argumentation* (1990: 22-34).

2. RETORNO AO ESQUEMA ARGUMENTATIVO DE S. E. TOULMIN

Os seis componentes do “esquema da argumentação” de S. E. Toulmin (*The Uses of Argument*, capítulo III) são os seguintes:

1. *D*: Dados (“Data”).

2. *Então/portanto C*: Tese ou conclusão (“Claim”: “Os dados tais que *D* habilitam a tirar conclusões ou a enunciar teses, tais que *C*”, ou ainda “Sendo fornecidos os dados *D*, podemos supor que *C*” (Toulmin, 1993 :121).

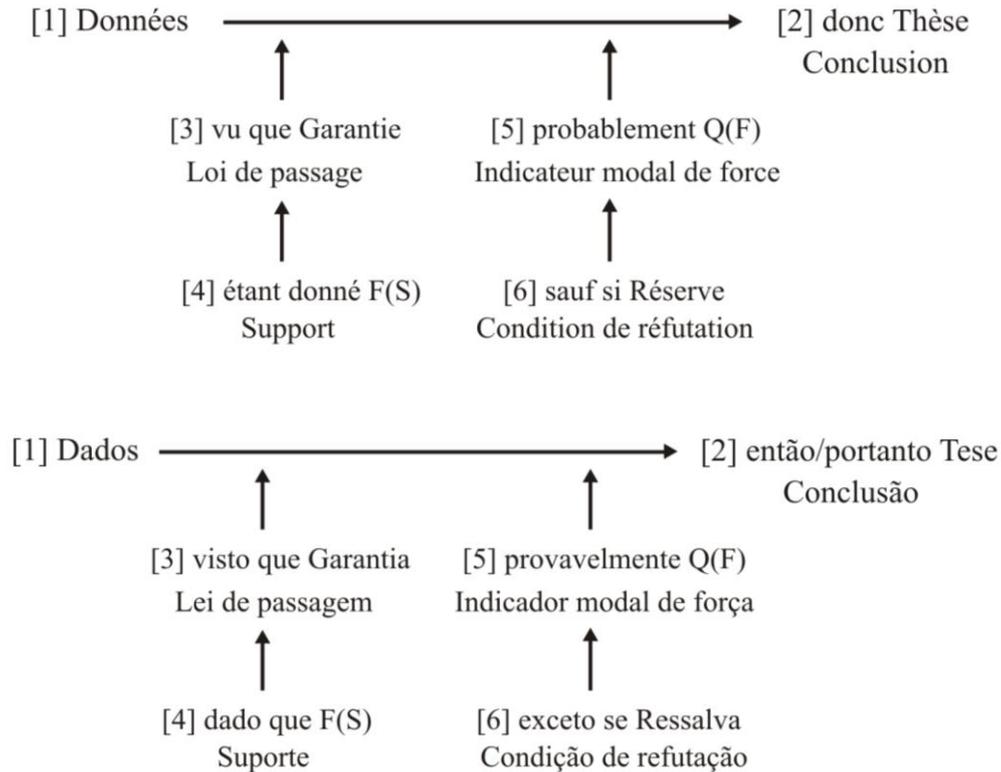
3. *Visto que G (LI)*: Garantia (“warrant”), liberdade para inferir ou Lei de passagem *L*, em Plantin. Convém distinguir dados (*D*) e garantias (*G-L*): “os dados são invocados explicitamente; as garantias, implicitamente” (Toulmin, 1993: 122).

4. *Dado que F(S)*: Suporte ou Base da Garantia (“Backing”); *S* em Plantin. “A base das garantias que invocamos não deve ser expressa de maneira explícita – pelo menos inicialmente: podemos aceitar as garantias sem colocar em causa, sua base restando assim subentendida.” (Toulmin, 1993: 130). O suporte ou base de *G/L* funciona ao exemplo dos axiomas, postulados e definições da geometria euclidiana, ao exemplo das leis e outras disposições legais no modelo de Toulmin.

5. *Q(F) provavelmente/admissível*: Indicador modal (“Modal qualifier”) de “força” (“strength”), força de convicção ou de persuasão *F* em Plantin. *Q(F) necessariamente* na lógica-sistema da demonstração geométrica, mas *provavelmente* na lógica-processo discursiva.

6. *A menos que/exceto se R*: Condições de Refutação; “Ressalva” em Plantin. “Assim como uma garantia (*G*) não é um dado (*D*) nem uma afirmação (*C*), visto que implica em si qualquer coisa que diz respeito tanto a *D* e *C* – a saber que a passagem de um a outra é legítima – ; do mesmo modo, *Q* e *R* são eles mesmos diferentes de *G*, visto que trazem um comentário implícito sobre a relação entre *G* e essa passagem – os qualificadores (*Q*) indicam a força que a garantia dá a essa passagem, enquanto as condições de refutação (*R*) informam as circunstâncias nas quais teremos que anular a autoridade geral da garantia” (Toulmin, 1993: 124).

Em síntese, tem-se o famoso diagrama abaixo (as letras utilizadas remetem às diferentes traduções):

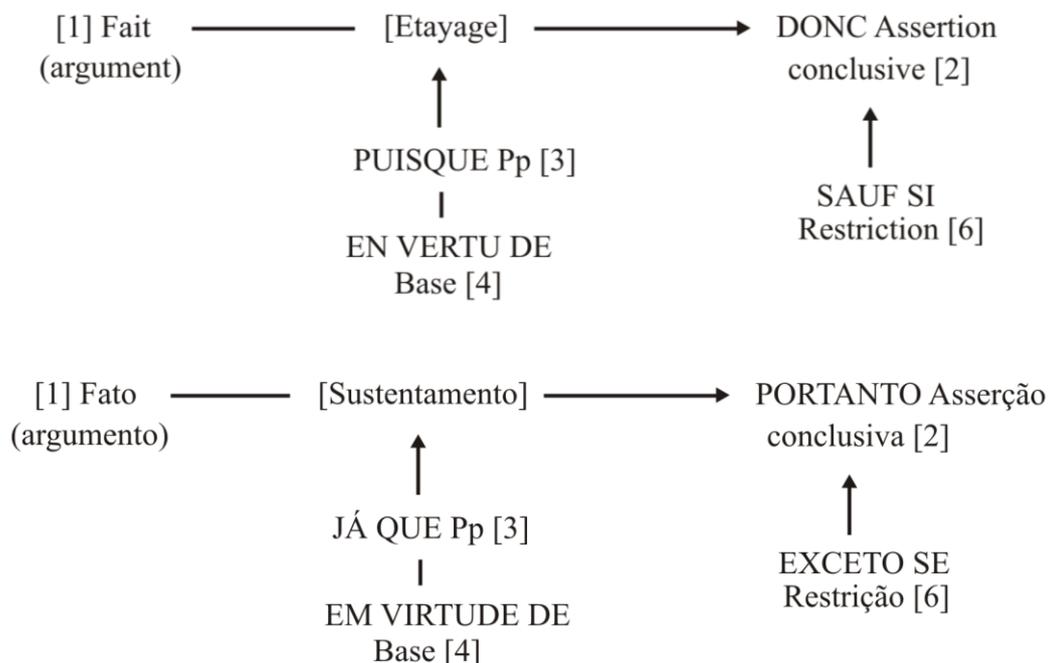


Esquema 1: Schéma 1 (S. E. Toulmin) / Esquema 1 (S.E. Toulmin)

Os principais limites desse esquema estão no fato de a ressalva ou condição de restrição-refutação (R6) estarem lá apenas para marcar a força quase-estatística do qualificador modal Q5. Quanto mais houver R6 (*exceto se*), menor a probabilidade de (Q5) ser forte. Quanto menos houver R6, mais a probabilidade de (Q5) aumenta. Resumo, aqui, a simplificação proposta por J.-B. Grize (coluna da direita) do esquema argumentativo de Toulmin (coluna da esquerda), simplificação que, reformulando os seus componentes, deixa de lado o indicador de força ou de qualificação modal (Q):

<i>donc</i> C2 (Conclusion)	= C (Assertion conclusive, rattachée à F par l'arg.)
D1 (Data = Donnée)	= F (énoncé qui a valeur de Fait-argument)
<i>vu que</i> G3 (Garantie)	= Pp (Principe, vérité générale et reconnue, Loi de passage qui assure le rattachement de A à F)
<i>en vertu de</i> F4 (Fondement)	= B (Base, sur laquelle repose Pp)
<i>sauf si</i> R6 (Restriction)	= R (Restriction-réserve)
<i>portanto</i> C2 (Conclusão)	= C (asserção conclusiva, ligada a F pelo arg.)
D1 (Data = Dado)	= F (enunciado que tem valor de Fato-argumento)
<i>visto que</i> G3 (Garantia)	= Pp (Princípio, verdade geral e reconhecida, Lei

de passagem que assegura a ligação de A a F)
em virtude de F4 (Fundamento) = B (Base, sobre a qual está Pp)
exceto se R6 (Restrição) = R (Restrição-ressalva)



Esquema 2

J.-B. Grize sintetiza os movimentos argumentativos possíveis por duas fórmulas de encadeamento potencial dos enunciados:

- a. *Fato-argumento*, portanto *Asserção conclusiva*, já que <exceto se *Restrição*> *Princípio-lei de passagem em virtude de Base*
- b. *Asserção conclusiva* de fato *Fato-argumento*, já que <exceto se *Restrição*> *Princípio-lei de passagem em virtude de Base*.

As ressalvas de J.-B. Grize são, essencialmente, centradas na forma muito ideal desse tipo de apresentação da argumentação. Os princípios [3] e a Base [4] não são dados explicitamente na maior parte do tempo e, como ele diz:

[...] O destinatário de uma argumentação que não explicita os Princípios que ele usa permanece livre de suas escolhas e [...] os membros de um auditório podem interpretar o que lhes é dito apoiando-se sobre as suas próprias representações do mundo. Se houver aí alguma fraqueza «lógica», é ao mesmo tempo um benefício prático considerável, um mesmo discurso podendo ser aceito por destinatários diferentes. (Grize, 1996: 14)

Em caso de crise, por outro lado, a explicitação do ou dos Princípios-Leis de passagem, e de seus fundamentos ou Bases pode tornar-se indispensável (como veremos mais à frente com o estudo de um trecho do discurso de George W. Bush de 17 de março de 2003).

Se o esquema argumentativo de S. E. Toulmin teve um certo sucesso, é porque ele apresenta alguns méritos. Com Plantin, trago aqui quatro de seus aspectos positivos:

O núcleo da argumentação está no tripé [(1) Dado (Fato)>> (3) Garantia-lei de passagem (Princípio) >> Asserção conclusiva]

Do ponto de vista linguístico, o enunciado de um dado factual (D) leva o seu estatuto de argumento para um outro enunciado (C), que está em função de um terceiro, a lei de passagem (L), sobre a qual está definitivamente o edifício argumentativo. [...] Introduzindo essa noção em sua teoria da argumentação, Toulmin redescobria a noção de *topos*, ou de lugar comum, sobre a qual a retórica antiga estabelecia as bases das teorias da invenção. (Plantin, 1990: 29)

Os outros componentes [(4) Fundamento-Base], por um lado, e [(5) Q-Indicador modal de força e (6) Restrição], por outro, podem ser considerados como sendo movimentos argumentativos secundários potenciais que podem vir a se enxertar no núcleo da argumentação. Tocamos aqui num ponto central dos movimentos textuais argumentativos e da complexidade dos encadeamentos.

O indicador de força Q(F) é inseparável de uma objeção potencial (mecanismo de concessão R) e corresponde à inclusão do ponto de vista de um oponente. Esse ponto é muito interessante, por isso merece a nossa atenção. Marc Dominicy, propondo “enriquecer o esquema argumentativo de S. E. Toulmin” (1993: 241), considera o indicador modal de força Q(F) que Grize deixa de lado como sendo o ponto fraco do esquema. As leis de passagem conferem diferentes graus de força e de probabilidade às conclusões, e o indicador modal de força tem como papel destacar essas nuances. M. Dominicy se pergunta, com muita razão, “se a singularidade do indicador F[Q] não está no fato de que ele é o ponto de ancoragem da restrição R” (1993: 244). Em outras palavras, o indicador Q(F) é “uma qualificação modal que depende da existência e do número de proposições contidas no componente R de restrição” (1993: 245). Dominicy tem uma boa ideia de se livrar, de Toulmin, da redução de R à lista abstrata das circunstâncias às quais a lei de passagem L(G) não se aplica e ele propõe considerar o problema de maneira bastante diferente:

“Pensando bem, nenhuma restrição poderá conduzir à conclusão oposta não-C sem que uma nova lei de passagem a autorize” (1993: 245). É a esse nível que M. Dominicy e Emmanuelle Danblon propõe introduzir no modelo o que Perelman chamou de “dissociação de valores” (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 1983: 550-609). A dissociação das noções e dos valores permite “estabelecer uma conclusão oposta à de um oponente pelo viés de uma reinterpretação, por vezes radical, dos dados factuais” (1993: 245). Não tenho espaço para desenvolver este ponto bem exemplificado em Herman & Micheli (2003). Destaco, sobretudo, que, na posição de ressalva-restrição ou ainda de condição de refutação (R6), um segundo movimento argumentativo frequentemente se incorpora ao primeiro (incorporação).

Plantin conclui sua apresentação do esquema de Toulmin lançando uma noção interessante de “célula argumentativa”:

Mas, sobretudo, uma interpretação larga do modelo de Toulmin – pode ser uma extrapolação – lança as bases de uma unidade que poderíamos chamar de “célula argumentativa”, articulada às dimensões de um texto. Essa célula integra os seguintes elementos:

- uma argumentação, conectando uma posição (uma tese, uma conclusão) a um dado que vem apoiá-la (um argumento) ;
- uma refutação, isto é uma alusão à posição de um oponente, sustentando uma outra conclusão, e uma negação dessa posição.

A organização dessa célula não depende de uma forma ou de um elemento textual determinado; ela é tanto um esboço quanto um modelo reduzido; ela corresponde tão bem a um enunciado quanto a um parágrafo. (Plantin, 1990: 33).

Em sua reflexão sobre a relação de escoramento, com relação a um *corpus* oral, Denis Apothéloz et Denis Miéville só levam em consideração a primeira parte da “célula argumentativa”. Eles mencionam situações nas quais um “segmento de texto” aparece como argumento “em favor da enunciação de um outro segmento do mesmo texto” (1989: 248). Por “segmento”, eles especificam unidades textuais “cujo tamanho pode variar entre a proposição ou o enunciado e uma sequência de enunciados” (1989: 249). Essa relação entre um segmento sustentado e um segmento possível de ser sustentado corresponde ao que podemos considerar como um período argumentativo mínima.

Para tentar levar em conta essa questão da extensão dos segmentos argumentativos, fui levado (Adam, 1996 e 2002a) a distinguir duas unidades textuais menos oponentes e que estão situadas num *continuum* de complexidade crescente: os períodos e as “células” ou sequências argumentativas.

3. OS PERÍODOS ARGUMENTATIVOS

Toulmin considera dois tipos básicos de estruturas argumentativas: uma estrutura retroativa [Conclusão *porque* Dado-Arg.] e uma estrutura proativa [Dado-Arg., *portanto* Conclusão]. Grize também atribui grande importância a esses dois tipos básicos de movimentos argumentativos. Ele fala de organização racional regressiva [proposição C2 (assertiva) *de fato /visto que* proposição F1 (tendo valor de fato)] e organização racional progressiva [proposição F1 *portanto / consequentemente* - asserção conclusiva de uma proposição C2 (F1 é uma razão / causa de C2)]. A complexidade destas estruturas básicas foi prevista por Toulmin: [Dado-Arg., *por isso* Conclusão C', *assim* Conclusão C.], C sendo “a conclusão mais geral justificada com base em dados D, que podemos inferir, em seguida, C, entre outras possibilidades” (1993: 132). Grize, entretanto, considera as seguintes organizações complexas fundamentadas:

- C2 *en effet/vu que* F1 *donc/en conséquence* C2'.
C2 [soyez prudents en prenant la route ce matin]
vu que F1 [car il a fait très froid cette nuit]
(F1) *en conséquence* C2' [et il risque d'y avoir du verglas]
- F1 *en conséquence* C2. [C2 = F1'] *en conséquence* C2'
vu que F1 [Comme il a fait très froid cette nuit,]
en conséquence C2 [il risque d'y avoir du verglas.]
[C2 = F1'] *en conséquence* C2' [Soyez prudents en prenant la route ce matin !]
- C2 *de fato /visto que* F1 *portanto / consequentemente* C2'.
C2 [tenham cuidado ao pegar a estrada esta manhã]
visto que F1 [pois fez muito frio essa noite]
(F1) C2 *consequentemente* [e pode haver gelo na estrada]
- F1 *consequentemente* C2. [C2 = F1'] *consequentemente* C2'
visto que F1 [Como fez muito frio essa noite,]
consequentemente C2 [é possível que haja gelo na estrada.]
[C2 = F1'] *consequentemente* C2' [Sejam prudentes ao pegar a estrada nesta manhã]

Enunciados sucessivos desse tipo podem ser interpretados como sentenças periódicas que podemos chamar argumentativas na medida em que visam tornar credível ou aceitável um enunciado (asserção/conclusão) apoiadas, de diferentes maneiras, em um outro enunciado (argumento/dados/fatos). Um enunciado isolado

não é *a priori* uma Conclusão (C2) ou um Fato-Argumento (Dado F1). Se um enunciado aparece como um Fato-Argumento (F1) antes de uma Aserção conclusiva (C2) é *a posteriori*, em relação a este último (o que explica, aliás, a reversão da ordem frequente, especialmente na oralidade):

Há conclusão somente no que diz respeito às premissas, e vice-versa. E, ao contrário das premissas, o peculiar de uma conclusão é poder ser reutilizada mais tarde no discurso, como premissa, por exemplo. Existe, portanto, um tipo de sequência de texto que difere de outras sequências, por exemplo, a narrativa. (Borel, 1991: 78)

Vemos que a terminologia varia muito, e “sequência textual” designa aqui apenas essas unidades de comprimento variável, as quais proponho chamar de períodos e sequências argumentativas. Além disso, uma sequência de enunciados é convocada a ser interpretada como constituindo um período ou uma sequência argumentativa, em vez de um período ou uma sequência narrativa, descritiva ou explicativa, mas essa caracterização pode não ser óbvia. Assim, quando Brutus de Shakespeare, em *Júlio César*, justifica o gesto que o faz participar do assassinato do imperador pela famosa frase: “Como ele era ambicioso, eu o matei”², a causalidade narrativa (causa procurada em uma propriedade de César) baseia-se na mistura de uma sucessão temporal e de uma sucessão causal de dois enunciados (e1 > e2):

Cause (*il était ambitieux*) >>> Conséquence (*je l’ai tué*)
(é1) AVANT (propriété) (é2) APRÈS (accompli)

Causa (ele era ambicioso) >>> Consequência (eu o matei)
(e1) antes (atributo) (e2) depois (realizado)

A ordem temporal é muito secundária em relação à interpretação explicativa desencadeada pelo conector AS (como). Esse tipo de segmento forma um período: a carga semântica do conector AS transborda e1 e se fecha somente depois de e2, provocando o encerramento de uma unidade textual mais explicativa do que argumentativa: e2 PORQUE e1.

Sem aprofundar aqui esta proximidade entre argumentação e explicação, consideremos o título de um artigo jornalístico e a legenda da foto que o acompanha. Essas unidades paratextuais de um artigo de jornal (*Le Nouveau quotidien*, de 24 de maio de 1994) são unidades linguísticas completas (mesmo que o todo seja composto

² No texto original, a frase em inglês era : “As he was ambitious, I slew him”.

por um conjunto complexo: artigo, título (1), subtítulo (2), foto, legenda da foto (3), assinatura, intertítulo, indicação de seção). Os enunciados (1), (2) e (3) são períodos.

(1) Si les sportifs de l'extrême se vendent,
c'est pour gagner leur liberté.

(1) Se os atletas de esportes radicais se vendem,
é para ganhar a liberdade deles.

(2) Invités de l'école de management et de communication de Vernier, Sébastien Bourquin, Eric Escoffier et Dominique Perret évoquent leurs défis, et le prix à payer pour vivre des sensations fortes

(2) Os hóspedes da escola de gestão e comunicação de Vernier, Sébastien Bourquin, Eric Escoffier e Dominique Perret falam sobre seus desafios e o preço a pagar para viver fortes emoções.

O subtítulo (2) é obviamente não argumentativo. Ele cumpre uma função informativa que contrasta com o título (1), que adota uma forma de encadeamento explicativo: [SE enunciado p <EXPLICAÇÃO> É PARA enunciado q].

Os enunciados do tipo [Se p, é para (porque) q], [Se p, é que q], [Se p, isto é devido a q] ou [Se p, é para (que) q] têm todos a capacidade de suportar a transformação [É {PORQUE/PARA} q QUE p] “É para ganhar a liberdade deles QUE os atletas de esportes radicais se vendem.”

Esta ordem regressiva: [SE p << é para q] é característica da estrutura explicativa: p é verdade [os atletas de esportes radicais precisam de patrocinadores e, portanto, se vendem], mas por quê? Porque q [para ganhar a liberdade deles]. O movimento inferencial parte do indício-fato observado (p) até a causa/razão (q). O contexto que constrói o enunciado [SE p] é o indício de um fato pertencente ao nosso mundo, no contexto do mundo corrente, mundo problemático, pois pode gerar inferências éticas negativas. Como alpinistas e esquiadores de altas montanhas podem abandonar os seus valores e a gratuidade fundamental de suas ações? Esse contexto só é reconhecido momentaneamente [é verdade que p *os atletas se vendem*] para colocarem mais ênfase na enunciação da causa/razão (q). O enunciado (q)

reintroduz um valor: a liberdade, o que resolve o problema subjacente. A propósito, é assim que o artigo termina:

Liberdade, palavra-chave para ele e para seus colegas. Porque, com o risco, ela constitui a essência dos esportes radicais. E justifica todo o interesse dos patrocinadores em busca de fortes emoções para seus produtos que, paradoxalmente, lhes faltam, às vezes, muito.

A legenda da foto tem um terceiro enunciado muito interessante:

(3) Dominique Perret, esquiador de esporte radical: “Nós não somos kamikazes suicidas: com certeza, corremos riscos, mas eles são calculados”.

Esta afirmação é retirada do artigo abaixo:

Isso não corresponde em nada ao que fazemos, exclama Dominique Perret. O termo [radical] é exagerado: então, tudo o que foge ao normal seria radical. *Nós não somos kamikazes suicidas: com certeza, corremos riscos, mas eles são, em sua maioria, calculados.* Tentamos eliminar riscos, preparando-nos da melhor maneira possível. Não poderemos jamais domar completamente a natureza.

Em um movimento de contestação dos próprios termos do debate para o qual o atleta foi convidado a participar (“Patrocínio e mídia: a aventura de esportes radicais”), o orador argumenta num comunicado bastante completo, por estar isolado em uma legenda de foto e que, precedido de um enunciado atributivo de fala, forma uma organização periódica suficientemente elaborada para constituir uma sequência argumentativa básica.

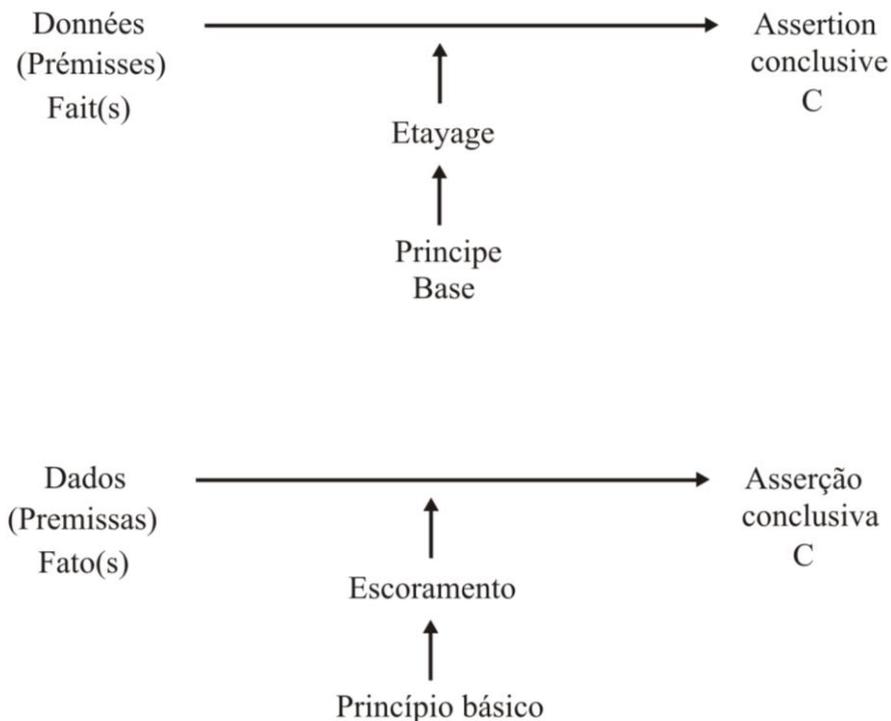
4. DA CÉLULA ARGUMENTATIVA À SEQUÊNCIA

Na minha opinião, passamos de uma sequência periódica de proposições ligadas por conectores argumentativos a uma sequência argumentativa à medida que nos aproximamos de um modo de composição do tipo previsto por Oswald Ducrot, em *La Preuve et le dire* (1973: 192; artigo retomado em *Les échelles argumentatives*):

Muitos textos literários, especialmente nos séculos XVII e XVIII, apresentam-se como argumentos. O objetivo deles é provar ou refutar uma tese. Para tal, eles partem de premissas, nem sempre explícitas, aliás, supostamente incontestáveis, e tentam mostrar que não podemos aceitar essas premissas sem admitir também esta ou aquela conclusão – seja a conclusão a tese de provar, seja a negação da tese de seus adversários, ou ainda a negação de certos argumentos de seus oponentes. E, para passar das premissas às conclusões, eles usam diferentes passos argumentativos que,

segundo eles, nenhum homem sensato poderá recusar realizá-las. (Ducrot, 1980: 81)

Embora seja baseada em formas muito elaboradas (literárias) de discursos argumentativos, esta definição tem o mérito de evidenciar dois movimentos: provar-justificar uma tese e refutar uma outra tese ou alguns argumentos de uma tese contrária. Em ambos os casos, o movimento é o mesmo, uma vez que se trata de partir das premissas (dados) (Fato F) que saberíamos admitir sem admitir esta ou aquela conclusão-asserção (C). No meio disso, a passagem é garantida por “passos argumentativos” que assumem a aparência de encadeamentos de argumentos-provas correspondendo por vezes a uma lei de transição (Pp & B), por vezes a micro-encadeamentos de argumentos ou a movimentos argumentativos incorporados. O esquema básico simplificado corresponde ao que vimos acima:



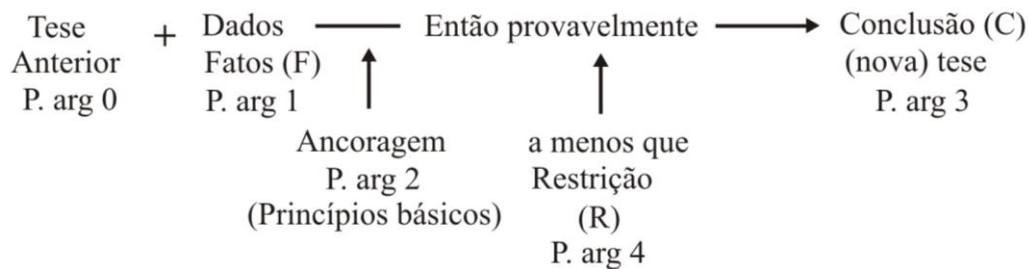
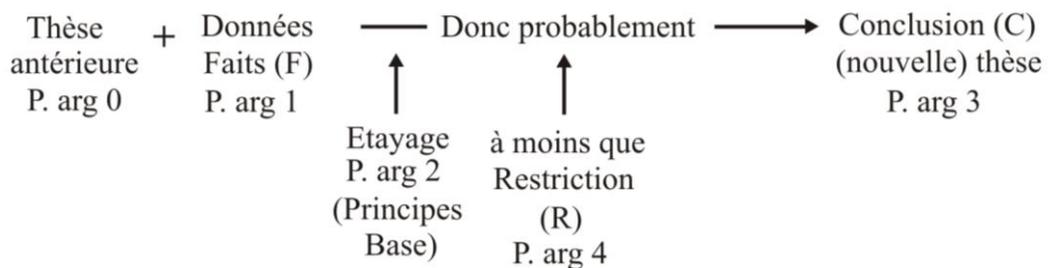
Esquema 3

Esse esquema deve ser completado à luz de um princípio dialógico que permite considerar Restrições (R6):

Um discurso argumentativo [...] se situa sempre em relação a um contra-discurso real ou virtual. O argumento é, como tal, inseparável da controvérsia. Defender uma tese ou uma conclusão resulta sempre na defesa dela contra outras teses ou conclusões, da mesma maneira que entrar numa

controvérsia não significa somente um desacordo [...], mas, sobretudo, a posse de contra-argumentos. Esta propriedade que a argumentação tem de estar sujeita a refutações me parece ser uma das suas características fundamentais e a distingue claramente da demonstração ou da dedução, que, dentro de um determinado sistema, apresentam-se como irrefutáveis. (Moeschler, 1985: 47)

Propus-me a dar à sequência argumentativa prototípica completa a forma complexa que segue, deixando espaço para a contra-argumentação em dois pontos da estrutura: ao nível das macroproposições argumentativas P. arg. 0 e P. arg.4:



Esquema 4: La séquence argumentative /A sequência argumentativa

Esse esquema não tem uma ordem linear obrigatória: a (nova) tese (P. arg 3) pode ser formulada logo de início e ser retomada ou não por uma conclusão que a duplica no final de sequência; a tese anterior (P. arg 0) pode ser subentendida. Esse esquema tem dois níveis:

- Justificativo (P. arg. 1 + + P. arg. 2 P. arg. 3): neste nível, o reconhecimento do interlocutor é fraco. A estratégia argumentativa é dominada pelos conhecimentos relatados.
- Dialógico ou contra-argumentativo (P. arg. 0 e P. arg. 4): neste nível, o argumento é negociado com um contra-argumentador (público) real ou potencial. A estratégia argumentativa visa a uma transformação dos conhecimentos.

A diferença entre os períodos e as sequências é, antes de tudo, de complexidade. Uma sequência é uma estrutura relacional hierárquica pré-formatada que reúne macroproposições em uma unidade textual mais ampla do que um simples período. Os diferentes tipos de sequências correspondem a regimes de ligação das unidades de sentido (proposições enunciadas) que são chamados de “narrativa”, “argumentativa”, “dialogal”, “descritiva” e “explicativa”. O objetivo de meus trabalhos, especialmente o meu livro de 1992, foi submeter e testar essa hipótese de configurações diferenciadas que chamo de sequenciais. Os cinco tipos básicos de sequências correspondem a cinco tipos de relações macrossemânticas pré-formatadas, memorizadas por impregnação (leitura e escuta) e transformadas em esquema de reconhecimento e de estruturação da informação textual. A realização incompleta de uma sequência, muito comum na oralidade, se traduz como simples encadeamentos periódicos.

Voltemos ao exemplo (3), no qual a estrutura proposicional é decomposta como se segue:

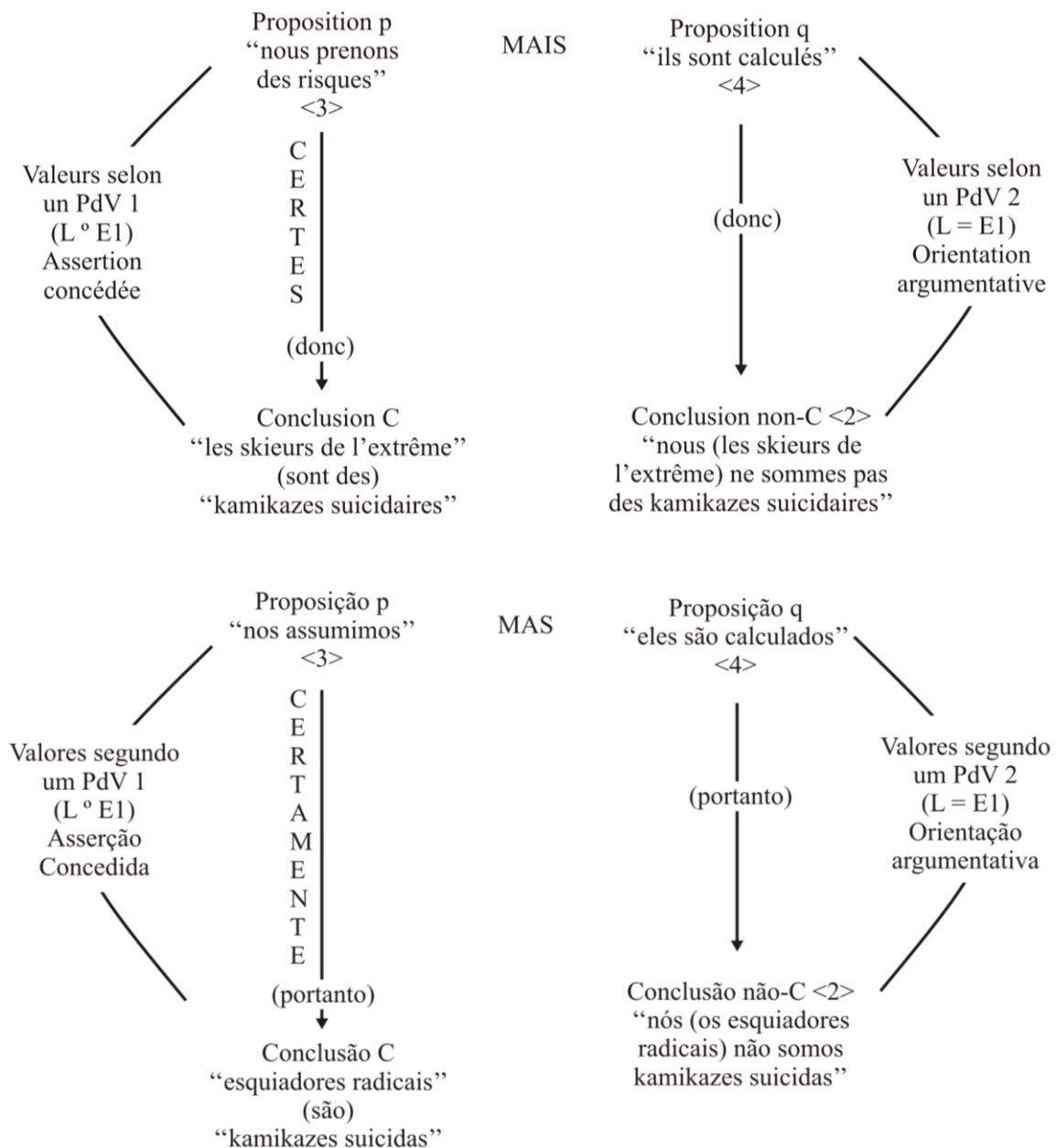
<1> Dominique Perret, skieur extrême : “<2> Nous NE sommes PAS des kamikazes suicidaires: <3> CERTES, nous prenons des risques, <4> MAIS ils sont calculés”.

<1> Dominique Perret, esquiador radical: “<2> Nós NÃO somos kamikazes suicidas <3> CERTAMENTE nós corremos riscos, <4>, MAS eles são calculados”.

O enunciado de direção <1> não se contenta em indicar o discurso citado, ele qualifica o enunciador atribuindo-lhe o qualificativo que se presta a reformular. As proposições enunciadas estão unidas pela combinação dos conectores CERTAMENTE e MAS e do sinal de pontuação /:/. Entre a pontuação e o conector (Gracq 1980), os dois pontos indicam o elo de ligação, com o apagamento do conector. O conector CERTAMENTE, que se sucede aos dois pontos, destaca que o enunciado <3> (“nós corremos riscos”) é um FATO (F), um argumento para uma conclusão subjacente à negação da proposição precedente: poderíamos portanto crer que “nós [...] somos [...] kamikazes” (C). O interpretante é convidado a tirar essa conclusão (C) do enunciado <3> (proposição p). CERTAMENTE destaca um primeiro movimento de adesão ao encadeamento [proposição <3> CERTAMENTE p >> portanto >> conclusão C]. O conector MAS inverte essa lógica introduzindo um novo argumento pelo enunciado <4> que leva à asserção-conclusão (não-C), dado de entrada (enunciado <2>) e que refuta, assim, o ponto de vista da opinião comum de

oposta (PdV1).

O conjunto dessa argumentação repousa sobre uma dissociação da noção de « esquiador de esporte radical » segundo dois pontos de vista antagônicos (PdV1 vs PdV2). Começar pela negação <2> permite localizar a reformulação da noção de “esquiador radical” no topo do movimento e tornar identificável a conclusão C que o interpretante deve tirar de CERTAMENTE <3>. O que vem por último na dinâmica do Esquema 5 é colocado na frente do enunciado-texto:



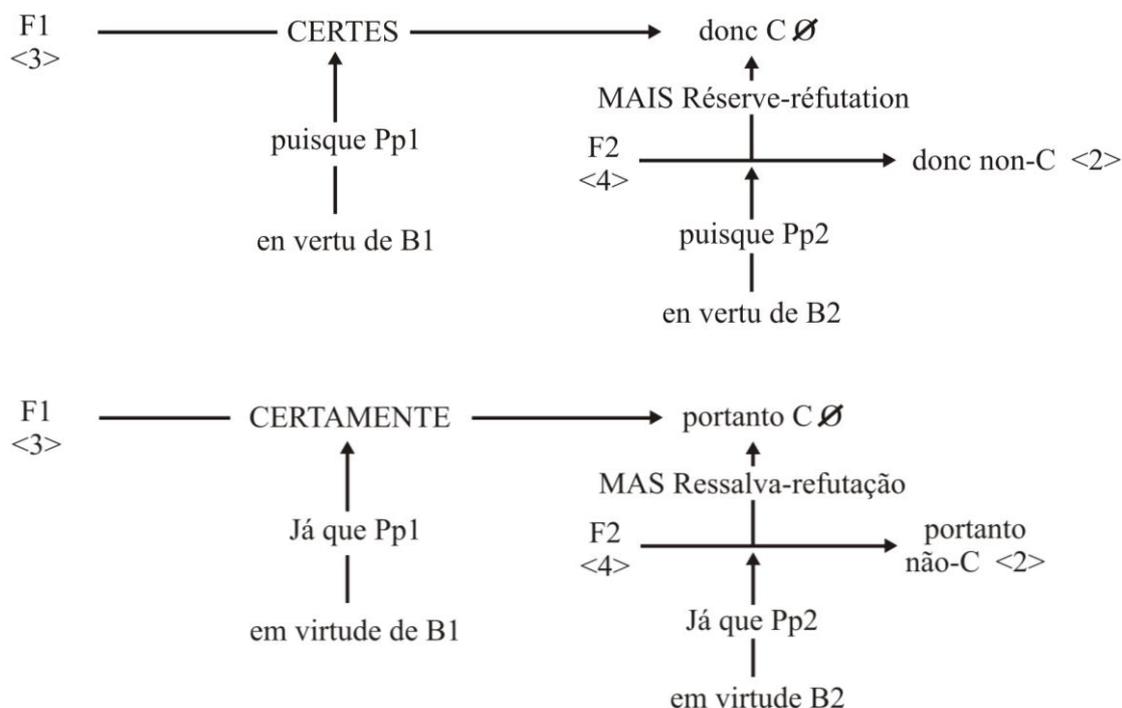
Esquema 5

No movimento argumentativo destacado pelos conectores, a relação entre argumentos e conclusão está ligada a um sistema de normas. No entanto, é próprio de um sistema de regras originar-se de um certo universo de sentidos (constituído por Princípios e Bases) atribuível a um enunciador ou a enunciadores. Um conector indica um ponto de vista enunciativo e o grau de comprometimento pelo locutor (L) das enunciações atribuídas direta ou indiretamente a enunciadores (E1, E2). O primeiro conector CERTAMENTE sinaliza, primeiramente, a lógica de um primeiro ponto de vista (PdV1), atribuído a um enunciador E1, do qual o locutor se distancia abertamente pela modalização (“poderíamos acreditar que” ≠ L E1). O locutor aprova, no entanto, as proposições <2> e <4> (L = E2).

Se a aplicarmos (3) ao esquema da argumentação de Toulmin revisto por Grize, temos a confirmação do fato de que R é o local de inserção de um outro movimento argumentativo (com seus escoramentos pelos princípios Pp1 & Pp2 e apoio nas Bases B1 & B2):

(3) <2> [nég.C] Nous NE sommes PAS des kamikazes suicidaires : <3> [F1] CERTES, nous prenons des risques, <4> [F2] MAIS ils sont calculés.

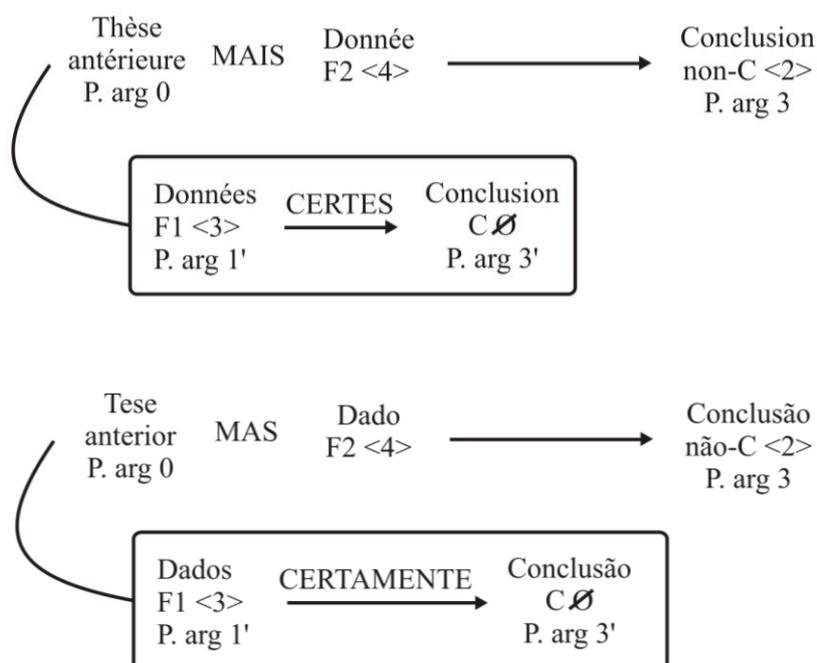
(3) <2> [neg.C] Nós NÃO somos kamikazes suicidas : <3> [F1] CERTAMENTE, nós corremos riscos, <4> [F2] MAS eles são calculados.



Esquema 6

A asserção A é uma ação de redefinição, por parte do locutor, de “nós” e uma rejeição da definição implícita de “atletas radicais”, tal como circula, pelo menos na opinião comum (PdV1). CERTAMENTE indica que o locutor aceita, sob a forma de concessão, que F1 (o fato de correr riscos) possa ser considerado um comportamento suicida (a asserção A subjacente à neg-C). O escoramento (Princípio e base) não é explicitado. A interpretação adequada do PdV1 pode, contudo, ser feita em torno do seguinte raciocínio: correr riscos é arriscar a vida [Base], arriscar voluntariamente a vida é um comportamento suicida semelhante ao dos combatentes japoneses da Segunda Guerra Mundial [Princípio]. Por outro lado, o encadeamento se sustenta, por intermédio de um MAS argumentativo, na restrição R. Se correr riscos (F1) é um comportamento suicida (C), correr riscos calculados, profissionalmente, corresponde a um “a menos que” exemplar. O fato F2 (correr riscos calculados <4>) resulta em não-C (é um comportamento não-suicida, mesmo que todos os perigos não possam ser eliminados <2>).

O esquema argumentativo de (3) pode ser mais claramente explicitado pelo modelo básico da sequência argumentativa. O enunciado <2> refuta, com base no dado <4> que ele enuncia (P. arg 1), uma tese anterior (P. arg 0) assinalada no enunciado <3>. As inferências a tirar de <4> levam à conclusão dada inicial. Vejamos um embrião de uma sequência argumentativa que o esquema 7 tenta representar:



Esquema 7

Como se pode ver, a macroproposição P. arg o é , ela mesma, constituída de proposições argumentativas que constituem um período que se pode dizer incorporado.

5. G. W. BUSH OU A ARGUMENTAÇÃO SEM “RESTRIÇÃO”

O discurso pronunciado por George W. Bush em 17 de março de 2003 pode ser considerado um encadeamento do tipo [F1 -----> C2], como em (4)³:

(4) <F1> The United Nations Security Council has not lived up to its responsibilities, <C2> so we will rise to ours.

(4) <F1> O Conselho de Segurança das Nações Unidas não cumpriu as suas responsabilidades, <C2> nós igualmente jogaremos as nossas para cima.

Análise do conector SO, que certamente traduziríamos por IGUALMENTE em vez de PORTANTO, ENTÃO ou CONSEQUENTEMENTE, é interessante. SO serve para introduzir a enunciação de uma consequência C2, mas o enunciador não parece assumir o movimento de dedução ou a relação factual entre as proposições classificadas F1 e C2. Não apresenta seu enunciado como um raciocínio, mas como a expressão de uma simples relação factual da causa (F1: o Conselho de Segurança das Nações Unidas não esteve à altura de suas responsabilidades) à consequência (C2: Igualmente, assumiremos as nossas).

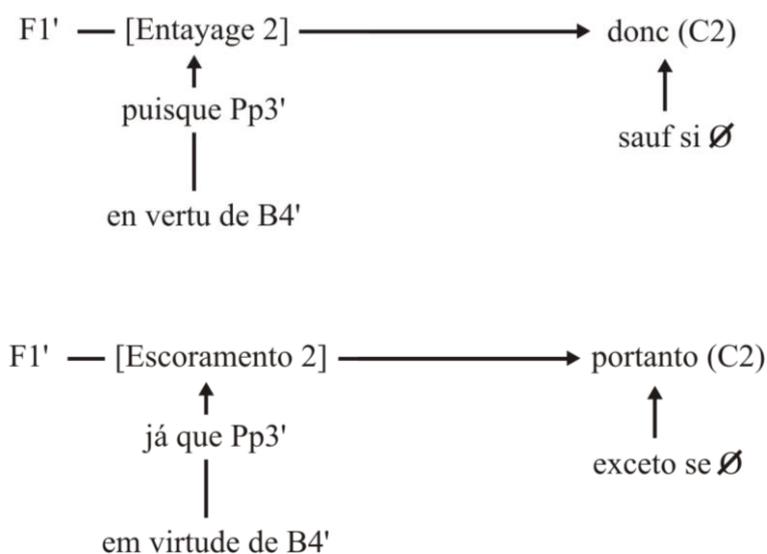
O fato de que <F1> é um enunciado negativo obriga G. W. Bush a esclarecer a premissa de que lhe permite dizer isso. E ele o faz um pouco antes, (re) definindo a missão da ONU de maneira a justificar o conceito de “guerra preventiva”:

(5) Nós acreditamos na missão das Nações Unidas. Uma razão pela qual as Nações Unidas foram criadas depois da II Guerra Mundial foi enfrentar os ditadores agressivos, ativa e precocemente, antes que eles pudessem atacar os inocentes e destruir a paz.

A esta base (B4), G. W. Bush acrescenta que as resoluções da ONU, supostamente conhecidas de todos, que formam Pp3:

³ O conjunto do discurso (“Denial and deception”) era acessível no sítio Internet da Casa Branca (White House, President George W. Bush. Office of the Press Secretary, March 17, 2003.

PP3' e B4' e volta para reafirmar C2 (Nós assumiremos nossas responsabilidades), isto é, afirmar que os Estados Unidos estão prontos para entrar em guerra. Note-se que, também aqui, nenhuma Restrição R6 está prevista:



Esquema 9

Esta falta de restrição é muito interessante: G. W. Bush a substitui por um ultimato: “Saddam Hussein e seus filhos devem deixar o Iraque dentro de 48 horas. Sua recusa em fazê-lo irá resultar em um conflito militar, iniciado no momento de nossa escolha”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ADAM, J-M. L'argumentation dans le dialogue. *Langue française*, 1996, v. 112, n. 1, p. 31-49.
2. _____. *Linguistique textuelle. Des genres de discours aux textes*. Paris: Nathan, 1999.
3. _____. Un infini tourbillon du logos : la rhétorique épideictique de Francis Ponge”. In: DOMINICY, M.; FRÉDÉRIC, M. (org.). *La mise en scène des valeurs*. Paris: Delachaux & Niestlé, 2001, p. 233-269.
4. _____. De la période à la séquence. Contribution à une (trans)linguistique textuelle comparative . In: NØLKE, H.; ANDERSEN, H. L. (Org.). *Macro-syntaxe et*

macro-sémantique. Berne: Peter Lang, 2002a, p. 167-188.

5. _____. Textualité et polyphonie. *Document de travail*, 2002b, n. V, De skandinaviske polyfonister, Samfundslitteratur, Roskilde, p. 39-84.
6. _____. De la grammaticalisation de la rhétorique à la rhétorisation de la linguistique. Aide mémoire. In: AMOSSY, R.; KOREN, R. (Org.). *Après Perelman: quelles politiques pour les nouvelles rhétoriques ?*. Paris: L'Harmattan, 2002c, p. 23-55.
7. _____. *Les textes: types et prototypes*. Paris: Nathan, 2011.
8. _____; BONHOMME, M. *L'argumentation publicitaire. Rhétorique de l'éloge et de la persuasion*. Paris, Nathan, 2003.
9. _____; HERMAN, T. Discours de combat et argumentation épictétique. De Gaulle, discours du 6 juin 1944. *Champs du signe*, n. 15, Toulouse, Editions Universitaires du Sud, p. 137-157.
10. APOTHELOZ, D.; MIEVILLE, D. Matériaux pour une étude des relations argumentatives. In: RUBATTEL, C. *Modèles du discours. Recherches actuelles en Suisse romande*. Berne: Peter Lang, 1989, p. 247-260.
11. BARTLETT, F. C. *Remembering*. Cambridge (GB): Cambridge University Press, 1932.
12. BERRENDONNER, A. Schématisation et topographie imaginaire du discours. In: MIEVILLE, D.; BERRENDONNER, A. *Logique, discours et pensée*. Berne: Peter Lang, p. 219-238.
13. BOREL, M-J. Notes sur le raisonnement et ses types. *Etudes de Lettres*, n. 4, 1991, Université de Lausanne, p. 67-85.
14. BRETON, P.; GAUTHIER, G. *Histoire des théories de l'argumentation*. Paris: La Découverte, 2000.
15. COIRIER, P.; GAONAC'H D.; PASSERAULT, J-M. *Psycholinguistique textuelle*. Paris: A. Colin, 1996.
16. DANBLON, E. Manipulation rhétorique et structure argumentative. Le schéma argumentatif de Toulmin dans le contexte d'un discours politique. *Rapport de recherche*, n. 4 du projet ARC Typologie textuelle et théorie de la signification, 1996, Université Libre de Bruxelles, p. 2-15.
17. DANBLON, E. Ethique et rhétorique : entre les faits et les normes. In: KOREN, R. AMOSSY, R. (Org.). *Après Perelman : quelles politiques pour les nouvelles rhétoriques?*. Paris: L'Harmattan, 2002, p. 91-122.

18. DANON-BOILEAU L.; MOREL, M-A. *Grammaire de l'intonation*. Paris: Ophrys, 1998.
19. DIJK, T. A. V. *Macrostructures. An Interdisciplinary Study of Global Structures in Discourse. Interaction and Cognition*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1980.
20. DOMINICY, M. De Toulmin à Perelman. Analyse d'un réseau argumentatif. *Verbum*, n. 1-2-3, 1993, P. U. Nancy, p. 241-250.
21. DOMINICY, M. La dimension sémantique du discours argumentatif : le travail sur les notions. In: KOREN, R.; AMOSS, R. (Org.). *Après Perelman : quelles politiques pour les nouvelles rhétoriques?*. Paris: L'Harmattan, 2002, p. 123-152.
22. DUCROT, O. *La preuve et le dire*. Paris: Mame, 1973.
23. _____. *Les échelles argumentatives*. Paris: Minuit, 1980.
24. EEMEREN, F. V.; GROOTENDORST, R. *La Nouvelle dialectique*, Paris: Kimé, 1996.
25. GRACQ, J. *En lisant en écrivant*. Paris: Corti, 1980.
26. GRIZE, J-B. *Logique naturelle & communications*. Paris: P.U.F, 1996.
27. HERMAN, T.; MICHELI, R. Renforcement et dissociation des valeurs dans le discours politique. *Pratiques*, n. 117-118, 2003, Metz, p. 9-28.
28. KINTSCH, W.; DIJK, T. A. V. *Strategies of Discourse Comprehension*, New York: Academic Press, 1983.
29. MOESCHLER, J. *Argumentation et conversation*. Paris: Hatier-Crédif, 1985.
30. PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Traité de l'argumentation : la nouvelle rhétorique: la nouvelle rhétorique*. Editions de l'Université de Bruxelles, 1988.
31. PLANTIN, C. *Essais sur l'argumentation*. Paris: Kimé, 1990.
32. TOULMIN, S. E. *Les usages de l'argumentation*, Paris: P.U.F, 1993.